

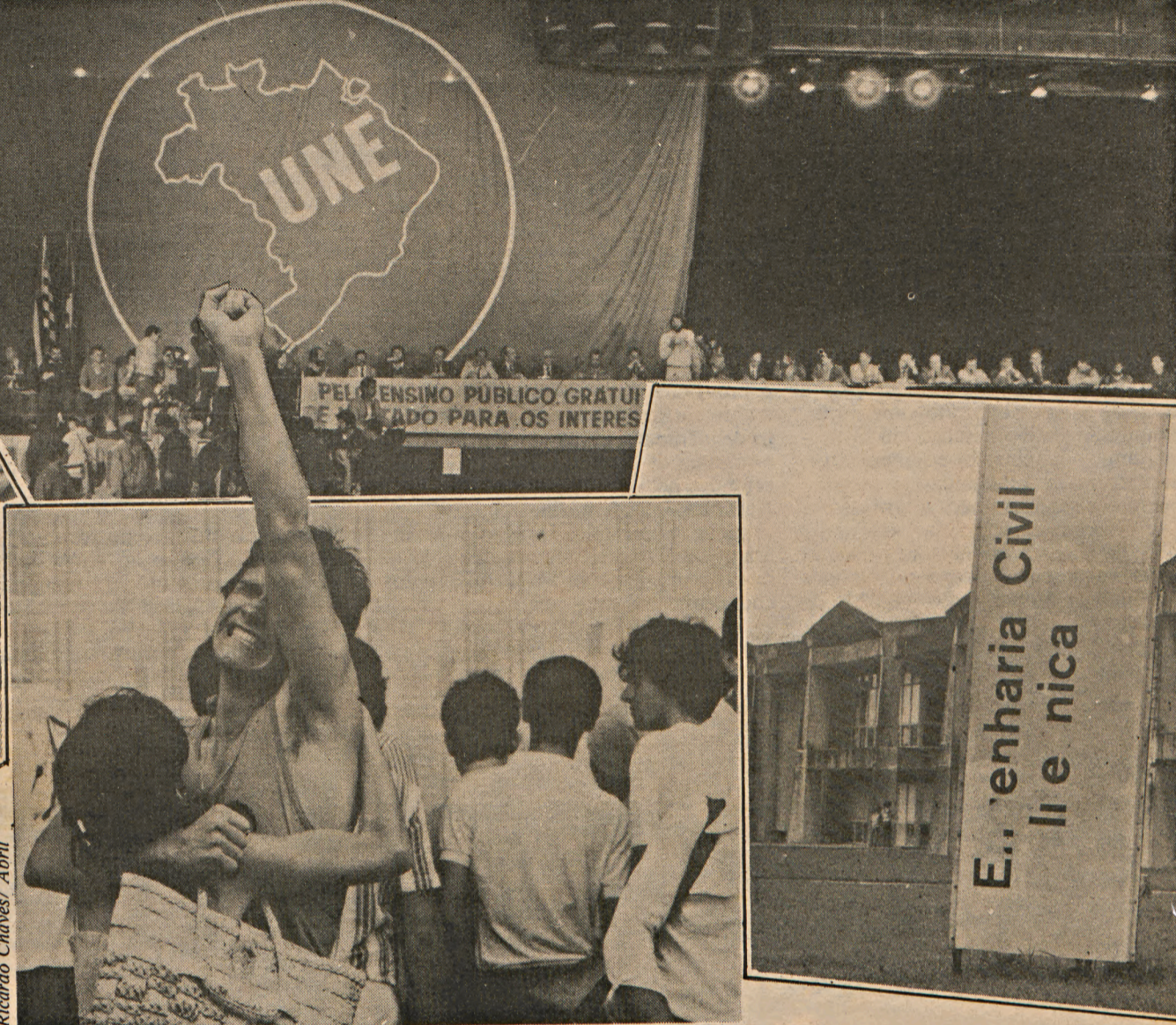
NOSSA VOZ

Jornal da União Nacional dos Estudantes

ANO VII N° 8 — Março de 1986 — Especial para os ingressantes



Renato dos Anjos/ Abril



Ricardo Chaves/ Abril



Pedro Martinelli/ Abril

NÃO SOMOS INÚTEIS

Com licença. Agora nós vamos dar nosso recado para 300 mil calouros, feras e bichos de todo o Brasil. Para aqueles que vêm na Universidade um centro avançado de formação profissional, de estudos e pesquisa de alto nível. Para quem espera uma estrutura de ensino menos bitolante e anseia por relações humanas mais livres e maduras e menos repressoras que no segundo grau. Para os que procuram o diploma universitário a fim de alcançar uma qualificação superior e um salário menos achatado em seus empregos. Para todos, enfim, que estão ávidos por saber algo a respeito dessa tão falada e discutida Universidade brasileira.

Desculpem se não somos vendedores de ilusões. Nós fazemos parte da UNE — uma entidade construída com esforço, sacrifício e luta por muitas gerações de universitários. Por isso, pensamos que é nossa obrigação trocar com você duas palavras sobre o que chamam de

“crise da Universidade”.

Nós queríamos que todo ingressante soubesse, em primeiro lugar, que por sermos um país dependente temos um sistema de educação pobre e subdesenvolvido. Para se ter uma idéia, todo o orçamento federal destinado no ano passado ao ensino superior não chegou a representar um décimo do que entregamos aos grandes bancos internacionais sob a forma de juros da dívida externa.

Tem mais. Os generais que nos governaram 20 anos celebraram com agências norte-americanas acordos que previam a privatização da Universidade. Resultado: hoje 63% dos alunos (talvez você seja um deles) estudam em escolas particulares, que cobram pesadas anuidades e que, antes de pensarem na qualidade do ensino ou em currículos adaptados à realidade do país, preocupam-se com seus lucros. Uma outra consequência do autoritarismo é

que vigoram ainda hoje, na maioria das escolas, estatutos e práticas de direção arcaicas e repressivas.

Nem por isso nós queremos que você desanime. Aliás, a UNE jamais convocou a juventude brasileira para transmitir-lhe alguma mensagem de desânimo, alienação ou fuga diante das dificuldades. Estamos felizes por tê-los como novos colegas e companheiros. Ainda mais nesse ano da Constituinte. Poucas vezes como agora o Brasil inteiro esteve tão preocupado em compreender as raízes profundas de seus problemas e em buscar as soluções que possam nos tirar da crise e abrir caminhos para o avanço da sociedade.

Nós sabemos que você vai estar conosco a partir de 86. A mesma garra com que enfrentou o vestibular vai lhe ser útil para combater a privatização do ensino. A paciência e a disposição com que se preparou antes de cada prova, pode aproveitar para estudar a Uni-

versidade brasileira e as transformações de que ela tanto necessita. Queremos ver você nas nossas passeatas com o mesmo entusiasmo que expressou ao ler seu nome impresso na lista de aprovados.

Só tem uma diferença. Até agora você brigou sozinho. Nós queremos você ao nosso lado. Nós vamos juntar a sua luta com a de um milhão e duzentos mil universitários. Por um ensino de boa qualidade e voltado para as necessidades do país. Para que a educação não seja um privilégio de poucos, mas um direito efetivo de amplas parcelas da população. Para que uma Universidade democrática ajude a construir um país democrático e independente, livre de tantas desigualdades e transformado em suas estruturas arcaicas e retrógradas. Tudo isso porque, ao contrário do que diz aquela musiquinha, nós acreditamos que não somos inúteis. Você concorda?

Participe do 37.º Congresso da UNE, Goiânia — 25 a 28 de Abril

ESTUDANTES QUEREM REFORMA UNIVERSITÁRIA



Sergio Berezovsky/ Abril

“A Universidade brasileira passa hoje pela mais grave crise de sua história, em decorrência do sistemático corte de recursos financeiros a ela canalizados, conduzindo-a a um estado lamentável de penúria, absolutamente incompatível com um projeto de Brasil livre e democrático.” São palavras de Tancredo Neves, em debate na Universidade de Brasília em outubro de 84.

O discurso contundente do então candidato à Presidência da República, além de repetir opiniões há muito sustentadas pelos estudantes e pelos setores democráticos da população, era um retrato fiel da realidade. Vítima da política educacional imposta ao país a partir de 64, nosso ensino superior estava atolado até o pescoço em problemas como a carência de equipamentos, laboratórios e bibliotecas, o achatamento dos salários pagos a professores e servidores, as altíssimas anuidades cobradas dos estudantes nas escolas particulares, currículos desvinculados da realidade do país e do mercado de trabalho, estatutos e práticas de direção antidemocráticas.

Vencido o regime militar, a UNE e

as demais entidades estudantis passaram a propor, a partir do início de 85, a realização de uma **Reforma Universitária**. Num momento em que a maioria da população procura alcançar mudanças em nossas estruturas econômicas, políticas e sociais retrógradas, tornou-se necessário transformar também a Universidade: livrá-la de seus problemas crônicos; abri-la a amplas parcelas da população; democratizar sua estrutura; e torná-la capaz de desenvolver a ciência e a tecnologia nacional e de formar profissionais voltados para a resolução dos problemas do país e do povo.

Após um longo processo de debates, o programa da UNE para a mudança da Universidade — um amplo conjunto de medidas práticas — foi aprovado por mais de 700 entidades estudantis reunidas no IV Seminário Nacional de Reforma Universitária, realizado em julho em São Paulo. O programa afirma que a Universidade brasileira, além de preocupar-se com a transmissão dos conhecimentos mais avançados, precisa estar sintonizada com a resolução dos **problemas concretos do país**. Destaca que ela **pode contribuir no plano**

científico e tecnológico para o desenvolvimento da indústria nacional e de uma agricultura voltada basicamente para o abastecimento interno; para a realização da Reforma Agrária, através de pesquisas que viabilizem a produção dos pequenos proprietários; para a garantia de melhores condições de alimentação, saúde, educação, transporte de massa e habitação; para o desenvolvimento e a divulgação da cultura nacional e popular; para a preservação do meio-ambiente e a manutenção do equilíbrio ecológico. Visando atingir esses objetivos, a UNE pede a revisão dos atuais currículos, o apoio à pesquisa científica e tecnológica da Universidade e o desenvolvimento de projetos de extensão que a ponham em contato com os problemas da população.

A UNE pede também o apoio à **rede pública** de ensino, como forma de garantir que o acesso ao conhecimento seja um direito de todos, e não privilégio de minorias. Propõe a concessão de verbas suficientes às escolas públicas, a criação de cursos noturnos e a ampliação do número de vagas nessas escolas.

Exige um controle rigoroso da rede particular, limitando-se os aumentos de mensalidades e assegurando-se condições mínimas de qualidade para funcionamento das escolas.

Finalmente, o programa para a Reforma Universitária reivindica alterações nos estatutos e métodos de gestão das Universidades. Propõe que se realizem eleições diretas para reitor e que sejam democratizados os conselhos de direção.

Iniciada no ano passado, a luta pela mudança do ensino deverá tornar-se mais aguda em 86, o ano da Constituinte. Entre outras iniciativas, a UNE prepara a realização de **Jornadas pela Reforma Universitária**, com debates e manifestações simultâneas, em todas as escolas do país, por uma educação de melhor qualidade.

Conheça na íntegra as propostas da UNE para a Reforma Universitária. Retire o jornal “UNIVERSIDADE” n.º 4 em seu Diretório Acadêmico ou escreva para a UNE — R. Vergueiro, 2485 — 04101 — S. Paulo — SP

CLIENTE BANESPA É ESPECIAL DENTRO E FORA DA AGÊNCIA.

banespa

É bom ser especial. É bom ser cliente Banespa.

A UNE TEM A FACE DO AMANHÃ

O texto que se segue é um pronunciamento do presidente da UNE, Renildo Calheiros, na festa de legalização de nossa entidade em outubro do ano passado. Ele contém um breve resumo das principais lutas desenvolvidas pela UNE desde sua criação até os dias de hoje.

“No dia 11 de agosto de 1937, os estudantes brasileiros fundaram a União Nacional dos Estudantes (UNE), que, de 1942 a 1964, teve vida legal.

Ao longo de sua vida, a UNE marcou sua presença na vida política nacional. Logo no início de sua existência, promoveu campanha contra o Estado Novo e o nazi-fascismo, sendo a primeira entidade do país a apoiar o envio de uma força expedicionária brasileira à Europa, e foi decisiva a influência de sua participação nas lutas para a conquista da democracia em 1945.

Participou ativamente das lutas pelo monopólio estatal do petróleo, as quais resultaram na criação da Petrobrás. E hoje não aceitam o fim das estatais. Participou ainda a entidade ativamente em campanhas pela liberdade de imprensa, em defesa das jazidas de manganês do Amapá, contra a instalação de uma base militar estrangeira em Fernando de Noronha. No início da década de 1960, a UNE participou de diversas campanhas de mobilização popular, criando o Centro Popular de Cultura (CPC), entre outras iniciativas para o desenvolvimento da cultura do povo.

Estas posições firmes e decisivas que a UNE assumiu em defesa dos interesses nacionais e populares lhe trouxeram grande respeito e carinho por parte da opinião pública e dos democratas. Ao mesmo tempo, contraiu o ódio dos inimigos da liberdade e da democracia, que desencadearam uma campanha de difamação para tentar desacreditar a entidade. Não conseguiram e investiram de forma ainda mais violenta contra nós. Invadiram, metralharam, incendiaram e depois demoliram a nossa sede na Praia do Flamengo, no Rio de Janeiro. Depois de todos estes atentados, colocaram a

UNE na ilegalidade, fazendo aprovar a Lei Suplicy de Lacerda, que tentava, ainda por cima, dividir os estudantes brasileiros.

Durante os últimos 21 anos, a UNE passou por tudo. Viveu na ilegalidade a partir de 64. Diversos dos seus ex-dirigentes tiveram que se exilar ou passar à vida clandestina, dada a perseguição que lhes movia o regime militar. Contudo, a luta prosseguia ativa e a entidade liderava grandes movimentos como a denúncia do acordo MEC/USAID e as grandes manifestações de 67 e 68.

Com o advento do AI-5 e a brutalidade da repressão, ela entrou para a clandestinidade e foi sendo progressivamente esvaziada. Novas levas de lideranças tiveram que passar para a clandestinidade, muitos líderes foram presos e torturados e alguns foram mortos. Entre os assassinados vale lembrar o ex-presidente Honestino Guimarães, José Carlos da Mata Machado e Helenira Rezende.

Em maio de 1979, em memorável congresso realizado em Salvador, a UNE foi reconstituída e, os gritos de A UNE Somos Nós, nossa Força e nossa Voz, ela ressurgia e se integrava decididamente nas lutas dos estudantes e do povo. Deram os estudantes grande contribuição na campanha da anistia ampla, geral e irrestrita, na memorável campanha pelas Diretas, Já!, na Campanha de Tancredo Neves e José Sarney para a presidência da República e pela Assembléia Nacional Constituinte livre e soberana.

No dia 24 de abril de 1985 chegou ao final na justiça o processo através do qual solicitávamos o registro da UNE.

O poder Legislativo brasileiro, através



Irmo Celso/ Abril

dos seus membros, nunca se omitiu da luta pelo reconhecimento da UNE, podendo-se arrolar projetos subscritos pelos nobres deputados Fernando Coelho, Freitas Nobre, Francisco Rossi, Waldmir Blinati, Luis Cechinel, Lúcia Viveiros, Mateus Schimdt e Flávio Bierrenbach. Mais recentemente, o Congresso Nacional aprovou o projeto de autoria dos deputados Aldo Arantes, José Frejat, Luís Guedes, Flávio Bierrenbach, Mateus Schimdt, Lúcia Viveiros, Airton Soares, João Hermann, Freitas Nobre, José Genoíno e Fernando Santana. Agradecemos aos parlamentares, às entidades democráticas, à imprensa e ao povo brasileiro, que sempre nos apoiaram nesta grande jornada.

A UNE está encaminhando duas grandes lutas no país. A campanha pela reforma universitária e em defesa da soberania nacional. A universidade terá que ser demo-

cratizada e melhoradas as condições de ensino.

O Brasil não pode baixar a cabeça ao FMI e aos banqueiros internacionais. É preciso romper com o FMI e suspender o pagamento da dívida externa, que o Brasil não deve nem pode pagar. Só assim poderemos entrar em uma fase de desenvolvimento independente e defender a soberania nacional.

Esta vitória de hoje é fruto da grande resistência, grande disposição e grande combatividade dos estudantes. Para que a UNE fosse legalizada, muitos dos nossos deram a sua própria vida.

O nosso interesse é o de continuar contribuindo para a democratização do país, por melhores condições de vida e pela construção de uma universidade democrática e progressista. Como disse Máximo Gorki, “a juventude tem a face do amanhã”.



Irmo Celso/ Abril

Como funciona a entidade

Fundada em 1937 e reconstruída em 1979, a UNE é entidade representativa de todos os estudantes brasileiros, independentemente de sexo, raça, religião ou convicções políticas. Entre seus objetivos estão a luta por melhores condições de ensino e a democratização da sociedade. A UNE é entidade apartidária.

A entidade tem funcionamento democrático. É regida por uma diretoria de 19 membros eleita anualmente no Congresso da UNE, composto por delegados que são eleitos em cada curso. Com poderes superiores aos da diretoria, são convocados periodicamente: o Congresso, o CONEB — Conselho Nacional de Entidades de Base, (diretórios e centros acadêmicos) e o CONEG — Conselho Nacional de Entidades Gerais (diretórios centrais e uniões estaduais).

A sustentação financeira da UNE é proveniente apenas da contribuição dos estudantes e entidades (taxa anual de filiação). Por isso, a manutenção política e financeira da UNE é responsabilidade de todos nós.

ESTUDANTES RECUPERAM ANTIGA SEDE

Em 64, a violência dos militares incendiou o prédio da UNE; em 80, a demolição.



O governo devolverá aos estudantes o terreno no Rio de Janeiro onde se situava a antiga sede da UNE, um prédio de três pavimentos incendiado e demolido pelo regime militar. A notícia foi divulgada pelo Ministro da Educação, Jorge Bornhausen, no dia 19 de Fevereiro.

Reivindicação antiga, a devolução tem grande significado político. Toda a história do imóvel confunde-se com as principais campanhas desenvolvidas pela UNE, e também com a repressão feroz que se abateu sobre a entidade após 1964.

Até 1943, o prédio, localizado na Praia do Flamengo, abrigou o Clube Germânia, uma associação que se dedicava, durante a II Guerra, à propagação do Estado alemão e do regime nazista. Contrários ao fascismo e partidá-

rios de que o Brasil se posicionasse no conflito ao lado das nações democráticas, os estudantes invadiram e desalojaram o clube, instalando em suas dependências a UNE.

A partir daí, o local se tornaria centro de irradiação das idéias do movimento estudantil e de lutas como a criação da Petrobrás, a instalação do parque siderúrgico no país e contra a internacionalização da Amazônia. Na década de 60, alojou também o Centro Popular de Cultura.

Símbolo da luta democrática dos estudantes e do povo, o prédio foi incendiado pelos militares, que passaram a desencadear feroz repressão contra a UNE. E quando a entidade foi afinal reconstruída, optaram por demoli-la.

Devolvido o terreno, a UNE quer agora que a União reconstrua sua sede.



O arquiteto Oscar Niemeyer é autor de um projeto para tanto.

NOSSA VOZ

“NOSSA VOZ” é o órgão oficial da UNE, — publicado por seu Departamento de Imprensa — NÚMERO 8 — MARÇO 1986 — Redação: Antonio Martins — Diagramação: Ieda Romera — Fotos: Abril Correspondência: União Nacional dos Estudantes — R. Vergueiro, 2.485 — 04101 — S. Paulo SP — Tiragem: 200 mil exemplares.



VAMOS CONTINUAR PAGANDO?

Dois importantes notícias da área econômica receberam tratamento desigual e ocuparam espaços diferentes nas páginas dos jornais e nos noticiários da TV nos últimos dias do mês passado. A primeira explodiu como uma bomba: no dia 27 todo o país já sabia do conjunto de medidas "drásticas" adotadas pelo presidente Sarney depois que a inflação atingiu o índice recorde de 255% ao ano. Manchetes garrafais e um número extraordinário de páginas anunciaram em todos os jornais que o governo havia substituído cruzeiros por **cruzados**, decretado o congelamento dos preços no varejo, determinado que os salários serão reajustados cada vez que a inflação atingir 20%, alterado o funcionamento das cadernetas de poupança, a valorização das ORTNs (agora OTNs) e os reajustes dos aluguéis.

A segunda notícia, divulgada um dia antes, ficou restrita a pequenos espaços nas páginas de economia: um relatório divulgado pela SEPLAN dava conta que os juros da dívida externa haviam custado ao país mais de 70 trilhões de cruzeiros em 1985, o equivalente a cerca de 250 milhões de salários-mínimos daquele ano.

Pouca gente tomou conhecimento desses dados. No entanto, é possível afirmar, sem medo de exagero, que a realidade que eles retratam tem conseqüências muito mais marcantes para o país do que o "choque heterodoxo" decretado pelo governo.

NOSSA ECONOMIA DEPENDENTE

A economia brasileira, tão "milagrosa" até meados da década de setenta, parece ter mergulhado há alguns anos numa crise que tem grandes proporções, e cuja saída é difícil de vislumbrar. A própria mudança de regime parece ter sido insuficiente para eliminá-la, e espalha-se a sensação de que algo impede o governo José Sarney de corresponder aos anseios e expectativas da população. Quais seriam, afinal, os obstáculos que estariam impedindo a solução de nossos problemas econômicos?

A cada dia parece ficar mais claro que o principal desses obstáculos é a profunda subordinação de nossa economia ao capital financeiro internacional, que o governo insiste em manter — uma subordinação que é histórica e que atingiu após 1964 níveis jamais imaginados.

Os militares que empalmaram o poder naquele ano estavam inteiramente comprometidos com as teses favoráveis à entrada maciça de capitais externos no país. Argumentavam que esses capitais eram indispensáveis ao nosso desenvolvimento, que viabi-

lizariam investimentos produtivos, contribuiriam para o enriquecimento do país e seriam tranquilamente amortizados. Com base nessas idéias, fizeram com que a dívida externa, de 2,5 milhões de dólares em 64 saltasse para US\$ 17 bilhões dez anos mais tarde.

A corrida aos dólares tornou-se ainda mais vertiginosa, como demonstra o economista Dêrcio Munhoz, a partir da crise do petróleo, em 1973-74. Atraídos por propostas tentadoras que partiam dos bancos internacionais, ávidos por aplicar as montanhas de depósitos em petrodólares que capturavam dos países árabes, nossas autoridades econômicas passaram a difundir a ilusão de que o endividamento poderia prolongar-se indefinidamente. Dos 17 bilhões de dólares, a dívida pulou para 20 bilhões em 76, 45 em 79, 55 em 80, 83 em 82 e 100 bilhões em 1984.

O PESO DOS JUROS

Embragados nessa orgia de empréstimos intermináveis, os governos militares pareciam esquecer que o fluxo de capitais tem sempre dois sentidos: tudo o que vem, volta. E volta acrescido de juros rigorosamente leoninos, que o capital financeiro cobra, cujas taxas, **fixadas unilateralmente pelos credores**, pularam de 4% até 77 para 9% em 86, tendo atingido 20% em 81.

Em 74 pagávamos 650 milhões de dólares de juros. A partir daí, esse valor iria disparar: 1,5 bilhões em 75, 2,7 bilhões em 78, 5,9 bilhões em 80, 12,6 bilhões em 82 e 11,3 bilhões em 83. Em ritmo semelhante cresceram as amortizações, que atingiram valores entre 5 e 10 bilhões de dólares de 78 a 83.

Dessa forma, em 84 tornou-se fácil comprovar que, ao contrário do que haviam afirmado os militares, o recurso aos capitais externos constituía-se não em alavanca, mas em gigantesco empecilho ao progresso do país: a soma dos juros e amortizações pagos ao exterior, mais os lucros, royalties e dividendos remetidos pelas empresas estrangeiras a suas matrizes **já igualava** o total de entradas através de empréstimos e investimentos no mesmo período. Ainda assim, **continuávamos devedores de 100 bilhões de dólares.**

TRABALHANDO PARA PAGAR A DÍVIDA

Uma dívida de tal monta obrigava (e obriga) o país a remeter **por ano** ao exterior cerca de 12,5 bilhões de dólares.

Para se ter uma idéia do que representa essa sangria basta saber que ela corresponde ao total aplicado em Itaipu — a maior obra do país, e a maior hidrelétrica do planeta, construída num esforço de **dez anos**. Ou

que ela equivale a 56% de todos os gastos do governo federal em 86.

As conseqüências são gravíssimas. Uma delas foi demonstrada pelo economista Luiz Gonzaga: partindo de dados da Fundação Getúlio Vargas, ele assinalou que a disparada dos juros remetidos ao exterior correspondia a redução drástica (de 20% em média entre 70 e 78 para 4% entre 79 e 82 e 2,5% neste último ano) da taxa de formação bruta de capital fixo, um índice que mede a evolução dos investimentos em máquinas e bens intermediários. Se tal redução se mantiver por vários anos, ela pode trazer, ainda segundo Luiz Gonzaga, "um componente de destruição estrutural, pois cria um círculo vicioso".

Mas o pagamento da dívida atinge em especial os trabalhadores, achatando violentamente o preço da força de trabalho. Dados coletados pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico demonstram que num período de pouco mais de dois anos (novembro de 82 a fevereiro de 85) o custo unitário do trabalho no Brasil caiu 31,5% em relação ao mesmo índice nos Estados Unidos. Embora tenha havido uma certa recuperação salarial a partir do início do governo Sarney, ela nem de longe foi suficiente para suprir esta defasagem: em junho de 85, a evolução do custo unitário do trabalho desde novembro de 82 no Brasil ainda tinha sido 21,3% menos que nos E.U.A.

A drenagem de recursos ao exterior foi responsável ainda, entre 81 e 83, por um fenômeno inédito na história econômica do país: durante três anos consecutivos tivemos redução no valor do Produto Interno Bruto (PIB). Embora o PIB tenha crescido em 84 e 85, a redução anterior foi tão significativa que a renda per capita do país ainda não se recuperou por inteiro, situando-se nos níveis de 1978.

Ainda que não chegue no momento a atirar a economia na recessão, a remessa de juros é responsável, como admite o próprio ministro João Sayad, por "grandes desequilíbrios nas finanças públicas", que têm tornado inócuas todas as iniciativas adotadas para o combate à inflação. Se o Brasil precisa pagar a cada ano 12 bilhões de dólares, é preciso que obtenha esse dinheiro de algum modo. Isso é feito alcançando saldos comerciais positivos, ou seja, ampliando ao máximo as exportações e restringindo as importações. Nos últimos anos, os saldos comerciais têm também chegado a US\$ 12 bi. Ora, o governo, que centraliza as operações de câmbio, recebe **dólares** pelas exportações, mas precisa pagar, **em centenas de**

trilhões de cruzeiros ou cruzados equivalentes ao exportadores. Não há como fazê-lo sem emitir mais moeda, sem elevar a níveis estratosféricos a dívida interna e sem, portanto, alimentar contínua e fartamente a inflação.

Por último, é preciso lembrar que o pagamento da dívida obrigou-nos a uma série de acordos com o Fundo Monetário Internacional profundamente lesivos à soberania nacional. Através de alguns desses acordos, o país comprometeu-se por exemplo a abrir mão de adotar políticas para defesa dos preços de produtos como o café, a soja, couro e peles; a facilitar as remessas de renda ao exterior feitas pelas multinacionais; e a remover subsídios que barateavam produtos como o pão.

SUSPENDER O PAGAMENTO, CONQUISTAR A SOBERANIA

O quadro é de tal maneira grave que pode-se dizer que o país está diante de uma encruzilhada. Para os reacionários a saída é aprofundar ainda mais os laços que nos atrelam ao capital financeiro internacional; pagar religiosamente os juros, e para tanto arrochar os salários, entregar as empresas estatais, facilitar a instalação dos bancos estrangeiros, abrir mão da indústria de informática, reduzir os investimentos públicos no setor social, mergulhar de novo na recessão.

Como se viu, o país não tem por que curvar-se a esse receituário venenoso. Precisa romper com a dependência e adotar a única saída compatível com a defesa dos interesses e da soberania nacional: suspender o pagamento da dívida, até que a nação possa democraticamente analisá-la e pronunciar-se sobre ela, decidindo **se e de que forma** deve ser paga. Razões para isso há de sobra. Precedentes históricos também. Em seu livro "Não à recessão e ao desemprego" o economista e Ministro da Cultura Celso Furtado lembra que durante a Grande Depressão os governos da Inglaterra e da França suspenderam o pagamento das respectivas dívidas contraídas com o governo dos Estados Unidos e justificaram seus atos afirmando que as obrigações que tinham para com seus povos prevaleciam sobre as que os ligavam a seus credores.

Temos 8,5 milhões de quilômetros quadrados e 130 milhões de habitantes; uma enorme área agricultável, recursos minerais em abundância e um parque industrial razoavelmente desenvolvido. Se alcançarmos a soberania nacional, se estancarmos a sangria de recursos, haverá amplas condições para desenvolver o país e para assegurar melhores condições materiais e culturais de vida para o povo brasileiro.